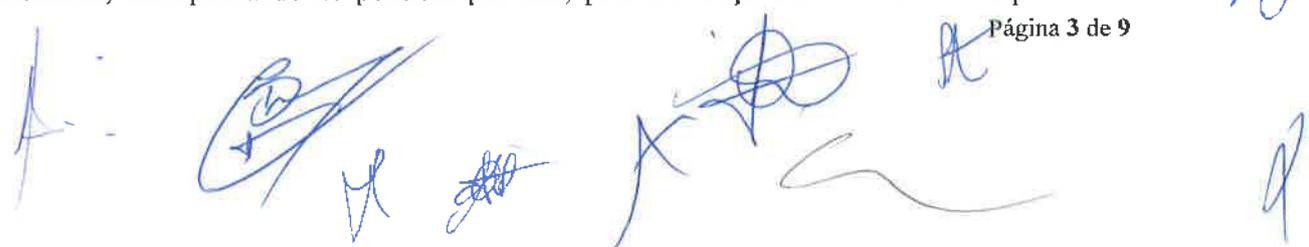


ATA DA 413ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos treze dias do mês de março do ano dois mil e quinze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Valle Vernaschi. Presentes os/as Conselheiros/as: Bruno Diaz Napolitano, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Ricardo Miragaia Souza, Horácio Xavier Franco Neto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Pedro Antonio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Alderon Pereira da Costa, Kathya Beja Romero e Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques. O Presidente iniciou a sessão às 09h51min, comunicando o falecimento do estagiário da Defensoria Pública, Vinicius Correia Silva que atuou inicialmente na Unidade Barra Funda, e se removeu para a Unidade Itaquera, ficando por pouco período, lamentou o falecimento e prestou uma nota, de pesar e solidariedade para toda a família. Homenageou três servidoras da Defensoria Pública, entre as quais Edna Pereira e Cleunice Contratesi do Departamento de Orçamentos e finanças, e Neide Aparecida Santos da Assessoria da Qualidade ao Atendimento, que foram cedidas pela Procuradoria Geral do Estado, mas devido ao decreto do Governador que determina corte de gastos, na ultima semana, a Procuradoria solicitou o retorno das Servidoras. Falou que a Diretora do Departamento de Orçamentos e Finanças, Meiry Setsuko também foi cedida pela Procuradoria-Geral, mas que ela permanecerá temporariamente na Defensoria Pública. Comunicou sobre o processo das cotas raciais que foi aprovado pelo Conselho Superior, no qual comentou sobre uma recente decisão pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que veio a fortalecer esse entendimento em âmbito institucional e dando mais sustentação no entendimento do Colegiado. Mencionou sobre uma divulgação feita nessa semana sobre sua participação junto com o Assessor Cível Antônio Machado no evento da Fundação Getúlio Vargas em que foi apresentado o estudo encomendado pelo Ministério da Justiça e de iniciativa da Secretaria de Reforma do Judiciário, sobre o levantamento realizado no Brasil, de diversos projetos que envolvem mediação e conciliação com o intuito de evitar a judicialização de medidas. Informou que no evento estiveram presentes o Secretário da Reforma do Judiciário, Flávio Caetano e também com os professores responsáveis da Fundação Getúlio Vargas e de outros parceiros da Defensoria Pública. Relatou que o Secretário Flavio Caetano enalteceu a atuação da Defensoria Pública e fez destaque especial a atuação da Defensoria de São Paulo, colocando como sendo uma das prioridades o fortalecimento da Defensoria Pública especialmente no aumento no número Defensores Públicos. Na oportunidade o Secretário citou a criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública como uma forma de equiparação e equalização das demais carreiras que possuem esses conselhos com uma forma de se conseguir certa uniformização de todas as Defensorias do país, tanto na sua forma de atuação como na questão remuneratória. Comunicou que a 2ª e a 3ª Subdefensorias realizaram uma reunião no Tribunal de Justiça, junto com os assessores responsáveis pela parte de patrimônios do TJ, visando tratar de assuntos relacionados a salas e vagas de estacionamentos em Fóruns e de outras demandas para que os Defensores possam realizar suas atividades. Falou da situação crítica de Jacareí, pois o responsável pelo Fórum havia pedido a desocupação da sala que era utilizada pela Defensoria. Comunicou o projeto de reformulação do atendimento inicial no interior e na região metropolitana, e explicou que é uma proposta inicial que está aberta a debates e discussões entre todos os órgãos e setores, sendo resultado de uma série de reuniões e de conversas que envolvem Coordenadores de Unidades e Defensores, relatando que a idéia é discutir questões principais da triagem, sendo que cada Unidade tem a sua peculiaridade e as realidades são diferentes. Abordou que a intenção é apresentar uma meta com critérios mínimos que fossem atendidos em todos os locais sem prejuízo dos acertos pontuais e ao mesmo tempo permitir a expansão das visitas aos Centros de Detenção Provisória da mesma forma que vem sendo bem sucedida aqui na Capital e nos Centros de Detenção Provisória da Região Metropolitana. Agradeceu os Defensores da Unidade São José dos Campos que apresentaram por conta do projeto que eles vêm desenvolvendo e que contribuíram com a Administração Superior, em especial a atuação da 2ª

e 3ª Subdefensorias, Assessoria Cível, Criminal, da Qualidade e de Atendimento, e na triagem que encontraram uma proposta inicial para que encontrem um fluxo mais eficiente nas unidades diminuindo o tempo de espera nas filas e humanizando os atendimentos. Destacou que na próxima segunda-feira realizará mais uma reunião com os coordenadores das Regionais e Unidades para discutirem esse atendimento que está sendo proposto. Comunicou que no início da semana distribuíram uma espécie de formulário a ser respondido por todos os Coordenadores de Unidades com apoio dos diretores técnicos das suas regionais, visando um aprimoramento das informações gerenciais de toda ordem dessas Unidades. Comunicou a informatização da Defensoria Pública, onde estão utilizando o DOL e estão expandindo para todas as Unidades, citando que no interior já estão utilizando o DOL no atendimento inicial. Frisou a utilização permanente do DOL no atendimento inicial e no acompanhamento e registro processual. Falou que no último dia 30, o Coordenador Juliano Macedo da CTI se reuniu com os funcionários do Tribunal de Justiça e estabeleceram um cronograma de reuniões para a integração do SAJ com DOL. Após, não havendo comunicado da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra para a primeira inscrita, Defensora Pública da Unidade Itaquera, Lorena Pereira Santin. Ela prestou sentimentos à família do estagiário Vinicius Correia que faleceu, onde todos os servidores da Unidade ficaram abalados com a notícia. Relatou que a Unidade Itaquera está em péssimas condições, com aparecimento de ratos na cozinha, e fezes dos roedores nos copos que são utilizados por funcionários e usuários. Reclamou da enchente que ocorreu no ano passado, pois quando chove, a lama invade o estacionamento e que sentem medo da água invadir a Unidade nos dias que chovem. Falou que a Unidade não tem estrutura para atender a grande quantidade de assistidos. Após, passou a palavra ao segundo inscrito, Assistido pela Defensoria, Daniel Albuquerque. Ele relatou ter solicitado ajuda da Defensoria para conseguir uma vaga em Escola Estadual para o seu filho, diante de uma portaria municipal que limita a quantidade de alunos por sala e por esta razão seu filho ficou sem vaga na escola. Relatou ter ligado no tele agendamento marcaram o seu atendimento para o dia 11 de maio, e que com essa demora, o seu filho perderá o ano letivo. Após, passou-se a palavra a terceira inscrita, Assistida pela Defensoria, Maria Helena Tobar. Ela relatou ter problemas com dívidas do condomínio que estão em atraso e que sofreu uma ação judicial para pagar, relatou que o processo já está em segunda instância, onde o processo deu origem a outro de dano moral contra o arrematante. Solicitou ajuda da Defensoria Pública para realizar um apoio investigativo no processo judicial. Ao final do momento aberto, o Presidente fez os seguintes esclarecimentos. Respondeu à fala de Maria Helena Tobar, e respondeu que a demanda será encaminhada ao Coordenador da Triagem, Defensor Alan Ramalho. O Segundo Subdefensor Público respondeu a fala da Defensora de Itaquera, dizendo que a Coordenadoria Geral de Administração tinha sido acionada quando identificaram o cenário, e que já houve a contratação de uma empresa para a desratização para o próximo dia 21. Falou que já realizaram buscas de novos prédios para a Unidade, mas que não lograram êxito, mas a solução mais provável é a construir um prédio próximo ao Fórum, o que infelizmente levará muito tempo. Quanto a fala do Daniel Albuquerque, explicou que em muitas vezes o atendente não consegue filtrar as informações e agendar o atendimento na data correta, e comentou que se for o caso de uma judicialização mais célere, a Defensoria analisa o caso e avalia a questão e agenda um encaixe na agenda. O Presidente explicou que o momento aberto é democrático e que qualquer pessoa, servidor ou não, pode se manifestar sobre qualquer assunto. Mas que sobre o atendimento, explicou que existem locais específicos para os assistidos buscarem auxílio, como nas Unidades. Não havendo mais inscritos, o Presidente abriu a palavra aos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Alexandre Orsi solicitou que fosse elaborado um relato na reunião realizada com os Coordenadores de Regionais e Unidades e que enviasse aos Conselheiros, pois o atendimento inicial no interior é importante e que os Conselheiros precisam fazer esse acompanhamento. Sugeriu que o projeto de remuneração fosse encaminhado com maior celeridade, e encaminhamento para a Assembléia Legislativa. O Conselheiro Wagner Ribeiro falou sobre o fluxo do atendimento inicial e que a primeiro momento gostou muito da proposta, pois após o primeiro atendimento, o assistido voltará com agendamento e não precisará passar novamente pela primeira fila, e isso melhorará muito o atendimento, e

parabenizou as Subdefensorias pela iniciativa. Avaliou que diante da rotatividade de estagiários devesse iniciar um estudo, a fim de se implementar um novo cargo na instituição de uma pessoa com formação jurídica para realizar o primeiro atendimento, trazendo uma melhora enorme para o atendimento ao público e reduziria o transtorno do Defensor em treinar estagiários. Relatou que deveriam ser realizados três estudos, sendo o primeiro pela Assessoria Jurídica para verificar a viabilidade de contratação de Agentes de Defensoria com formação em Direito para atendimento ao público ou criação do novo cargo de Analista Jurídico, já o segundo, um estudo feito pela Assessoria de Qualidade para elaboração um parecer sobre a qualidade no atendimento, se fosse realizado por alguém com formação jurídica e a quantidade de agentes necessários para realizar os atendimentos. Relatou que no início da Unidade Franca, os atendimentos eram realizados por Defensores e não por estagiários, e constatou uma rapidez com que era feito o atendimento, dessa forma, considerou que a contratação de um Agente de Defensoria substituiria quatro estagiários. O Conselheiro Pedro Avellar falou que o atendimento inicial de solicitações de vagas em creches e escolas deveriam ser revistos, pois demandam três meses para um primeiro contato é muito demorado. Falou sobre o ajuizamento de ações, e que a deliberação 143/09, observou que ela está com uma porção de erros e contém 20 atualizações da deliberação. Questionou o motivo pelo qual a Regional de Araçatuba não ajuíza ação pedindo medicamentos, pois foi indagado por uma assistente social da cidade. O Conselheiro Horácio Xavier manifestou preocupação em relação ao projeto de reformulação do atendimento inicial, pois com a saída dos Defensores para as visitas nos Centro de Detenção Provisória, diminuirá o número de Defensores nas Unidades que realizam o atendimento inicial, e numa situação em que houver férias ou afastamentos, poderá ficar agravada, sobrecarregando o Defensor da triagem. Nesse sentido, solicitou que fosse debatido e que busquem uma construção conjunta de fato com os Coordenadores das Unidades. Falou que também é favor da criação de cargos de Agente Jurídicos para trabalharem na triagem e que poderiam dar apoio aos Defensores, já que isso está previsto na Lei 988/06. Agradeceu o Assessor da Defensoria Pública- Geral pela visita realizada na Unidade Mogi das Cruzes e falou que a recepção no Centro de Detenção Provisória da região foi ótima junto com o Diretor da Unidade Prisional, considerando que o acompanhamento próximo é essencial desde o início para assegurar o respeito a todas as prerrogativas dos Defensores Públicos. O Conselheiro Rafael Bessa parabenizou a Administração Superior pela elaboração da proposta e por compartilhar a discussão com toda a carreira e que agora é necessário pensar no atendimento inicial no interior, pois até agora não é possível realizar o agendamento. Considerou a possibilidade de contratarem agentes jurídicos para o atendimento inicial, pois é uma discussão fundamental e que devem refletir se quiserem buscar uma qualidade melhor para o atendimento, a médio e longo prazo, e pontuou que no interior a dificuldade de se obter estagiários é ainda maior, além da enorme rotatividade dos estagiários, é destacado um defensor para cada dia de atendimento e com isso não se obtém um mínimo de qualidade e padronização no atendimento. Questionou também o cronograma do concurso de Defensores, se há alguma previsão de abertura do certame e se já não seria o caso do Conselho Superior escolher a Banca Examinadora, pois é algo que demandará um grande tempo. A Representante da Apadep, Franciane Marques falou que a situação da Unidade Itaquera é bastante grave, e espera que a Coordenadoria Geral de Administração tome providências. Relatou que os Defensores de Ferraz de Vasconcelos procuraram a Apadep e disseram que encontraram um ótimo prédio em frente ao Fórum local que é capaz de abrigar a nova sede da Unidade na cidade, o que foi encaminhado a Segunda Subdefensoria e que a Coordenadoria Geral de Administração. Falou que tem interesse em participar da reunião na próxima segunda feira e relatou que os Defensores de São Vicente estão preocupados com o projeto apresentado mostrando a importância de ter um relato escrito e enviado a toda a carreira. Falou que foi procurada por uma Defensora da Unidade de Guarulhos que relatou as péssimas condições do aprisionamento e a superlotação onde encontrou ratos e baratas. Solicitou certa urgência nos projetos remuneratórios, pois a carreira está muito ansiosa e a Defensoria já está pronta para atuar na esfera legislativa. Questionou o Defensor Público-Geral sobre o programa Pró-hardware. O Conselheiro Luiz Eduardo falou que Defensoria deveria atuar mais fortemente na área Educacional, acompanhando de políticas públicas, pois a criança e adolescentes tem prioridade



absoluta e a educação é um direito fundamental. Comentou que qualquer mudança na triagem trará um desconforto, pois alguém sairá da sua função para realizar outra, e que será difícil adotar um padrão, pois cada Unidade tem suas características individuais. Afirmou que o atendimento inicial é dependente de estagiários e que já está sucateado e não precisa ser realizado por alguém que possua conhecimentos jurídicos, podendo ser realizados por Oficiais de Defensoria, já que o atendimento jurídico propriamente dito só acontece no segundo encontro. Avaliou que a criação de cargos de Agentes Jurídicos é fundamental para a Defensoria Pública, pois falta qualificação da mão de obra, além do que o DOL só será útil se for feita por pessoal qualificado. Sugeriu o encaminhamento à Assembleia Legislativa de um projeto de ampliação de Cargos de Oficiais de Defensoria, pois faltam Oficiais nas Regionais. Pediu transparência nas providências a ser adotada na Unidade Itaquera, para que os Defensores não se sintam inseguros sem saberem a previsão para solucionarem os problemas da Unidade. A Corregedora-Geral, Kathya Beja relatou que todos os Agentes de Defensoria, independente da sua formação do curso superior, tem a mesma denominação, e considerou ótima a ideia desse cargo, mas que deveria ter outra denominação, como Técnico-Jurídico. Avaliou que todas as Unidades da Defensoria Pública deveriam ter uma Agente com formação superior em Administração, pois o atendimento inicial é sempre reclamado por atendidos, Defensores e Servidores, e que a humanização desse atendimento traria um ganho para todos. Explicou que independente das Unidades terem uma atuação mais forte na área da família, também deveria prestar assistência em ações ligadas a políticas públicas como o pedido de medicamentos. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa relatou que a Ouvidoria está sempre presente no debate referente ao atendimento inicial, e isso vem desde a gestão anterior, buscando uma forma melhor para atender os assistidos, através do diálogo. Falou que a Ouvidoria está organizando uma Audiência Pública a ser realizada no próximo dia 21/3 e a intenção é ouvir os usuários, Servidores e Defensores, visando contribuir na melhoria do atendimento. Comunicou que, na última quarta feira, esteve em visitas às Unidades Osasco e Carapicuíba, e relatou que as 7h a fila para atendimento de Osasco estava muito grande e que nas duas Unidades o volume de atendimento diário é elevado. Falou que foi muito bem recebido pelos Defensores nas Unidades, e comentou que, na próxima semana, participará do encontro do Colégio das Ouvidorias, em Salvador/BA e será recepcionado pelo Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Mato Grosso e comunicou que nesta semana esteve presente no Seminário de Boas Práticas nos 10 anos de justiça restaurativa, que aconteceu em São Paulo e foi realizado pela Fundação Getúlio Vargas. Parabenizou as iniciativas que foram apresentadas como forma alternativa de Justiça de modo que não represente uma forma de controle social, que contou com a participação do Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública. Após a manifestação dos Conselheiros, o Presidente fez os seguintes esclarecimentos. A respeito da reunião realizada na última segunda feira, com os Coordenadores, relatou que vem sendo realizada uma vez ao mês e sempre divulgado no hashtag gestão com um relato geral mais detalhado. Adiantou que o projeto surgiu do resultado de diversas percepções após diversas consultas a Coordenadores, e que na próxima reunião o objetivo é chegarem a consensos mínimos. Abordou que a intenção é buscar uma padronização, respeitando as peculiaridades locais. Reforçou o pedido para que todos os Coordenadores compareçam à reunião e tragam as suas considerações e dos Defensores locais para que no debate final reflitam em todas as posições peculiares de cada Unidade. Falou que a reunião é direcionada aos Coordenadores e que envolve vários assuntos. Informou que a administração realizará uma reunião aberta para tratar do atendimento inicial e que será informado através de comunicado. Relatou a importância da criação do cargo de Agente com formação em Direito e concordou com o entendimento de que a Lei Complementar 988/06 abre a possibilidade de ter um Agente com formação em Direito e outro com formação em Administração nas Unidades, e considerou um avanço, pois assim o Defensor Público poderia se concentrar somente na sua atividade. Considerou que um estudo pode ser feito e que futuramente possa ser discutido no Conselho, lembrando que tanto a criação de cargos quanto a questão remuneratória dependem de fatores externos. Explicou que o DOL funciona nos registros da triagem, e que os Defensores utilizam esse sistema para acompanhamento, mesmo que ainda não esteja integrado ao SAJ. Avaliou que a deliberação que trata das atribuições é realmente complexa e vem sido discutida

no Conselho Superior desde a criação da Instituição. O Conselheiro Luis Gustavo explicou sobre o atendimento inicial, e apontou que havia conversado com os Defensores Públicos de São Vicente expondo ideias e premissas, e que os Defensores também relataram situações do local e que manterão dialogo para tratarem de possíveis ajustes. Falou que a previsão de 12 atendimentos foi calculada com duração de 20 minutos cada, para que realizassem com calma e qualidade. Comunicou que a Terceira Subdefensoria, a Coordenadoria Geral de Administração e a Coordenação da Regional se reuniram e conversaram com o proprietário do novo imóvel que abarcará a Unidade Santos, e garantiu que a obra estará concluída ate julho, e afirmou ter contatado a CTI para a instalação da rede lógica. Na oportunidade conversou com o mesmo proprietário, sobre os problemas na rede elétrica da Unidade Guarujá. Com relação a Unidade Bauru, explicou que existe um histórico de problemas estruturais que resultaram em diversas alterações para que não absorvesse mais demandas. O Conselheiro Bruno Napolitano relatou que com a saída dos Defensores da triagem para fazer as visitas aos Centros de Detenção Provisória, alguns Defensores ficaram com apenas uma atividade de especial dificuldade e como o ato que trata das revisões criminais já prevê a possibilidade de ampliação das vagas, houve um fato novo, os defensores interessados poderão solicitar a inclusão dessa atividade a qualquer momento. Explicou que em casos de pedidos de vaga em creches na Capital, o prazo é de dois meses, mas nos casos urgentes 10 dias. O Presidente falou da relevância da atuação dos Defensores nos Centros de Detenção Provisória, ponderando que houve resistência no inicio das atividades na Capital, e ressaltou que existe o contato permanente com a Secretaria de Administração Penitenciária e dos Diretores dos Centros de Detenção Provisória. Falou que os presídios contemplados na primeira fase do projeto estão sendo acompanhados pela DAP e recebendo relatos para resolver problemas, no entanto, falou que qualquer dificuldade deve ser levada a Administração Superior para que busquem alternativas junto aos Centros de Detenção Provisória e SAP. Anunciou a inauguração da nova sede da Unidade Limeira no dia 18/3 e convidou todos a comparecerem. Encaminhou para deliberação a definição da data da 416ª Sessão Ordinária, pois será feriado, e registrou-se a realização no dia 9/4/2015. Não havendo mais inscritos, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma. CSDP nº 494/15 (Excetuoado a pauta). Interessado: Soraya Mattar Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar a disciplina "Formação em mediação, facilitação e Diálogo e Construção do Consenso", pelo período de 10 meses. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o afastamento da interessada. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do enunciado CSDP nº 04, indeferir o afastamento da interessada. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher a proposta apresentada. A Representante da Apadep, Franciane Marques pediu vista do processo. Vista concedida a Representante da Apadep. CSDP nº 355/14. Interessada: Claudete Aparecida Marques de Carvalho. Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares pelo período de dois anos. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indeferir o pedido de afastamento. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa pediu vista do processo. Vista concedida ao Ouvidor-Geral. CSDP nº 488/15. Interessado: Marco Antônio de Oliveira Branco. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas de doutorado, no período de março a abril de 2015. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado, condicionado a apresentação do atestado de frequência e certificado de conclusão ao final do curso. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado, nos dias 10, 26/03 e 02, 09, 16 e 23/04, condicionado a apresentação do atestado de frequência e certificado de conclusão ao final do curso. CSDP nº 292/15. Interessado: Coordenador Auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos

Humanos. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório semestral. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. CSDP nº 459/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório semestral. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. CSDP nº 112/13. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h55min, sendo prorrogado os demais processos da ordem do dia. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal.

Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 314/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentar o julgamento virtual de processos administrativos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 370/14. Interessada: Coordenador da Regional de Taubaté. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Taubaté (10ª Defensoria Pública). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 376/14. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2014. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. Revisor: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. CSDP nº 008/15 Interessados/as Alexandre Orsi Netto. CSDP nº 021/15 Interessados/as Luciano Alencar Negrão Caserta. CSDP nº 046/15 Interessados/as Ana Carolina Franzin Bizzarro. CSDP nº 061/15. Interessados/as Otoniel Katumi Kinuti. CSDP nº 070/15 Interessados/as Leandro de Castro Silva. CSDP nº 074/15 Interessados/as Valeria Silva do Nascimento. CSDP nº 097/15 Interessados/as Gislaíne Calixto. CSDP nº 108/15 Interessados/as Patrícia Biagini Lopes. CSDP nº 118/15 Interessados/as Carlos Henrique Aciron Loureiro. CSDP nº 127/15 Interessados/as Marco André de Freitas. CSDP nº 139/15 Interessados/as Daniela Sollberger. CSDP nº 144/15 Interessados/as Davi Eduardo Depiné

Filho. CSDP nº 146/15 Interessados/as Denise de Souza Silva Caetano de Mello. CSDP nº 148/15 Interessados/as Samir Nicolau Nassralla. CSDP nº 154/15 Interessados/as Flavio Américo Frasseto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão.

CSDP nº 060/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o exercício de 2015. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 180/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 461/15. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da lei Complementar 988/06, que dispõe sobre o vencimento mensal dos membros da Defensoria Pública e dá outras providências. Relator: Conselheiro Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h55min. Eu, Carlos Takita Mizukai, Oficial de Defensoria, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos treze dias do mês de março do ano de 2015.

Rafael Valle Vernaschi  
**Presidente**

Bruno Diaz Napolitano  
**2º Subdefensor Público-Geral**

Alexandre Orsi Netto  
**Conselheiro**

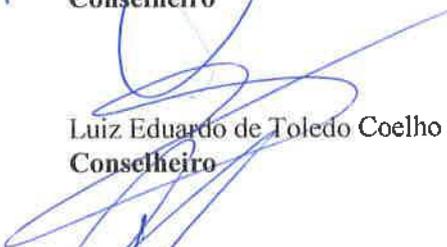
Kathya Beja Romero  
**Corregedora-Geral**

Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva  
**3º Subdefensor Público-Geral**

Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa  
**Conselheiro**



Bruno Ricardo Miragaia Souza  
**Conselheiro**



Luiz Eduardo de Toledo Coelho  
**Conselheiro**



Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**



Alderon Pereira da Costa  
**Ouvidor-Geral**



Horácio Xavier Franco Neto  
**Conselheiro**



Pedro Antonio de Avellar  
**Conselheiro**



Wagner Ribeiro de Oliveira  
**Conselheiro**



Franciane de Fátima Marques  
**Representante da Apadep**